

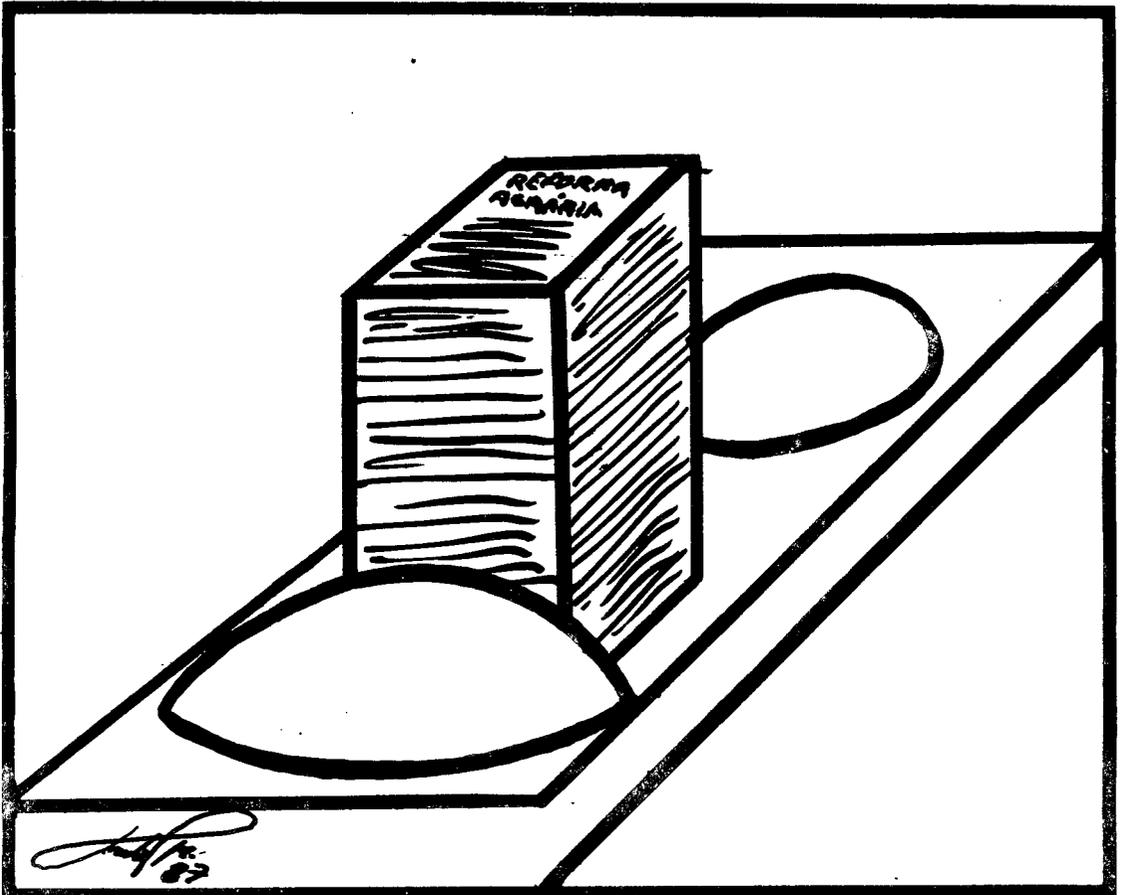
# Aconteceu

CONSTITUINTE:

APRESENTADAS 38

KARDEX	(X)
MC	( )
PP	( )
DOC. GERAL	( )

INICIATIVAS POPULARES (Pág.4)



TERRAS INDÍGENAS AMEAÇADAS

(Pág. 13)

# Aconteceu

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone 825-5544  
01208 - São Paulo - SP

## Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha  
Ary da Costa Pinto  
Carlos Alberto Correia da Cunha  
Carlos Alberto Ricardo  
Heloisa de Souza Martins  
Henrique Pereira Junior  
Jether Pereira Ramalho (coordenador)  
Jorge Luiz Carrera Jardineiro  
Marcus Vinicius Grötti Borges  
Neide Esterci  
Sérgio Alli  
Vera Maria Masagão Ribeiro

## Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

## Diagramação e Arte

**ARTE GRAPHICA**

Praça Floriano, 55/602  
Rio de Janeiro - RJ

Preço do exemplar avulso:  
**Cz\$ 2,00**

## Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outros fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

## Assine a Revista

**tempo e presença**

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade  
analisando a atuação do ecumenismo comprometido com  
os movimentos populares.

Assinatura anual

Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30    América do Norte US\$ 40    Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo esta assinatura de apoio

voce recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -  
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.  
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

## Assine o Boletim

# Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias  
veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 50    América do Norte US\$ 65    Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o  
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241  
Rio de Janeiro - RJ.

## Constituinte

### LAVRADORES VÃO ACOMPANHAR VOTAÇÕES NO CONGRESSO

Uma caravana de lavradores de todas as regiões do país estará em Brasília, no início de setembro próximo, para acompanhar no Congresso constituinte a votação sobre a reforma agrária. A organização desta caravana está sendo feita pela Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte, integrada pela diretoria rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) e por sindicatos de trabalhadores rurais de vários Estados. A Comissão está articulando suas iniciativas com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e com a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag). Essas entidades estão coletando assinaturas, em todo o país, para propostas de reforma agrária, direitos dos trabalhadores e soberania nacional, a serem encaminhadas ao Congresso constituinte. A Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte prepara-se, também, para participar do Dia Nacional de Mobilização para a coleta de assinaturas de apoio às emendas constituintes populares, marcado para o próximo dia 17, com a realização de atos públicos e debates nas capitais e municípios interiores. A entrega conjunta dos abaixo-assinados com as propostas dos setores rurais e outros segmentos sociais está prevista para 18 de agosto próximo, em Brasília. (FSP - 1/7/87)

### REFORMA URBANA TAMBÉM SOFRE RESISTÊNCIA, AFIRMA ARQUITETO

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Fabio Goldman, disse ontem que não há uma reforma urbana no Brasil pelos mesmos motivos que não há uma reforma agrária. "Não existe uma UDR

(União Democrática Ruralista) da cidade, mas os motivos que impedem a reforma urbana são os mesmos que impedem a reforma agrária: prevenção aos conceitos de desapropriação e uso social da terra". No último fim-de-semana, os presidentes das seções regionais do IAB - instalado em todos os Estados - reuniram-se no Rio e elaboraram um documento em "protesto" ao encaminhamento dos trabalhos constituintes. Nele, o Instituto declara sua "preocupação" com a possibilidade de a nova Carta "vir a ser superada pela realidade nacional, no momento mesmo de sua promulgação". O documento diz que os relatórios das comissões temáticas "não refletem os avanços conquistados pelos movimentos sociais". O IAB apresentou uma proposta à Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte, que não foi incluída em seu anteprojeto. A proposta do IAB inclui o uso urbano após três anos de posse sem contestação, e a desapropriação "por interesse social ou utilidade pública". Segundo o presidente do IAB, essas propostas são rejeitadas pelos constituintes "por uma questão ideológica". "Não que eles sejam contra a proposta, mas só a possibilidade de desapropriação da propriedade e usucapião os fazem votar contra a proposta", afirmou. Segundo Goldman, o IAB defende uma política urbana que unifique a questão da crise habitacional, da infra-estrutura (saneamento, luz, etc.) e do que chama de "equipamentos" (transporte, escolas, hospitais, etc.). (FSP - 1/7/87)

### UDR LEVA 30 MIL PRODUTORES RURAIS PARA MARCHA DE PROTESTO CONTRA O ANTEPROJETO DE REFORMA URBANA

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, foi encarregado pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira de liderar, no dia 10, uma marcha de 30 mil produtores rurais de todo o país sobre Brasília, para impedir que a CUT, a CGT e a Comissão Pastoral da Terra fiquem em maioria nas galerias do Congresso, durante a votação do anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte. "Nós vamos lá dar apoio aos nos

sos deputados, àqueles que defendem os mesmos princípios da UDR, de direito à propriedade privada e respeito ao princípio da livre iniciativa", disse o vice-presidente da seccional mineira da UDR e secretário-geral da Frnete Ampla em Minas, Paulo Roberto Bernardes. Ele expli-

cou que a organização da marcha foi entre que à UDR porque a entidade "provou que tem estrutura, recursos e é competente". Informou que um terço dos 30 mil participantes da manifestação sairá de Minas, em 250 ônibus alugados pela seccional da UDR por preços que variarão de Cz\$ 10 mil a 35 mil. (JB - 2/7/87)

---

### PROPOSTAS POPULARES NA CONSTITUINTE

#### Assunto

#### Entidades Promotoras

Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária

CONTAG; ABRA; AJUP; CEDI; CGT; CIMI; CPO; CPT; CUT; DIAP; DIOCESE DE GOIÁS; FASE; IBASE; IECLB, INESC; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA; MNDDH; UNI.

Reforma Urbana

FNE; FNA; ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO; COORDENAÇÃO DOS MUTUÁRIOS; MDF; IAB.

Educação (ensino público, gratuito e laico, verbas públicas)

FORUM DE EDUCAÇÃO; ANDE; ANDES; ANPAE; ANPED; CPB; CEDES; CGT; CUT; FASUBRA; OAB; SBPC; SEAF; UBES; UNE.

Educação (verbas públicas, ensino religioso)

CNBB; AEC; ABESC.

Educação (financiamento de escolas comunitárias)

MDF; MNU; CJP/SSA; CECUP;

Educação (escolas privadas)

SINPRO-SP.

Direito da Família

CNBB; AEC; CARITAS.

Direitos do Menor

CNBB; MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA; SERVIÇO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLENÇA.

Direito da Criança e do Adolescente

OMEF/BRASIL; SBP; FENAJ.

Liberdade Religiosa

CNBB; AEC; CARITAS.

Ciência e Tecnologia e Comunicação

FNE; MBI; CONFEA; FNA; ANDES; ABIPITI; CONAGE; FAEAB; UBIP; IAB.

Pessoas idosas/aposentados	FÓRUM NACIONAL DA TERCEIRA IDADE S/C; ASSOCIAÇÃO LUISA DE MARILLAC; UNIÃO DAS MULHERES DE SÃO PAULO; CIDADE DOS VELINHOS SANTA LUISA DE MARILLAC; SOCIEDADE BENEFICENTE FERRAZA DE CAMARGO; APOSENTADOS DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO; FEDERAÇÃO DOS APOSENTADOS.
Direito dos Trabalhadores	CGT; CUT; USI; CONTAG; CNTC; CONTCOP; CONTEC; CNTEEC; CNTI; CNTMAFA; CNTTT; CNPL; ANDES; CSPB; CPB; FAFITE; FASUBRA; FENASPS; FENASTRA; UNAFISCO E UNSP.
Saúde da Mulher	COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE - SP; PRÓ-MULHER/CASA DA MULHER DA BELA VISTA - SP; UNIÃO DAS MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; CASA DA MULHER DO GRAJAÚ - SP; SOF; ARMMA-SANTOS; ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA - SP; ASSOCIAÇÃO FEMININA DA ZONA NORTE-SP; CENTRO DE CLUBES DE MÃES-SP; SOS MULHER-RJ; NÓS MULHERES-RJ; ASSOCIAÇÃO LIBERDADE MULHER-RJ; FEDERAÇÃO DE MULHERES DO RIO DE JANEIRO-RJ; SOS CORPO-PERNAMBUCO-PE; GRUPO MULHER SEXUALIDADE E SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL-RS; CENTRO ACADÊMICO ANDRÉ DA ROCHA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-RS; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER-MG.
Política de Saúde	CUT; CGT; SINDICATO DOS MÉDICOS SP; FEDERAÇÃO DOS MÉDICOS; FEDERAÇÃO NACIONAL FARMACÊUTICA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS; FEDERAÇÃO DE NUTRIÇÃO; COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS E PRÉ-SINDICAIS; FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA; MOVIMENTO BRASILEIRO DE ODONTOLÓGOS; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA; PCB; PC do B; PT; PSB; e outras entidades ligadas a Saúde.
Populações Indígenas	ABA; CONAGE; SBPC; ANAI-BA; CCPY; CDPAS; CEDI; CIB; CPI-AC; CPI-SP; CTI; IECLB; IM; INESC; IPU; PKN; SEESP.
Populações Indígenas	CIMI; ANAI-RS; MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; OPAN.

Deficientes Físicos	IIIº ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORIAS, CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ENTIDADES DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA (MG).
Proibição de Armas Nucleares	OIKOS; APEDEMA; SAPE; PV.
Proibição de Armas Nucleares	SBPC.
Crime Ecológico	CEACON; OIKOS; ASPAN; CENTRO DE ESTUDOS E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA NOVA TERRA; PV.
Proteção aos Animais	APASFA; LIGAÇÃO DE PREVENÇÃO À CRUELDADE CONTRA O ANIMAL; UNIÃO DOS DEFENSORES DA TERRA; PV.
Assistência Jurídica Pública e Gratuita	C.A. "XI DE AGOSTO"; ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA MORADIA; D.J. "JOÃO MENDES JR"; D.J. "22 DE AGOSTO".
Ordem Econômica	CNEB; MEB; CARITAS.
Dívida Externa	UBES; UJS; UNE; CONAM; FAMOPAR; FECAMPA; FAMOBH; FRACAB; FAMENS; CONSABES; COGRAFASP; PECAP; FECOAM; FEMCOHAB; COAMAP; FEGAM; FAFERJ; FRAB; FBFF; FEMAB; FAMEPI; FUMBESMA; FAMAC; FAMA; FABS.
Mandato do Presidente (eleição 89)	?
Mandato do Presidente (eleição 88)	?
Diretas Já	PT; CUT; SMSACO; SMSA.
Serviço Civil (alternativo ao serviço militar)	FACULDADE DE TEOLOGIA DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DO BRASIL; CICA; SERVIÇO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA.
Desvinculação da Aviação Civil do Ministério Militar	FNTTA; SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS; SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DE RECIFE; SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIÁRIOS; SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SP; ACTAC-BRASIL.
Participação Popular	ABI; ABAP; CBJP; ANDES; FNE; CONDEPAZ; CNDDA; FAMERJ.
Democratização dos Meios de Comunicação	FENAJ; SINDICATO DOS JORNALISTAS: AL/AM/SE/BA/CE/DF/ES/GO/J. FORA/MT/MG/MS/PA/PB/PR/PI/PE/RJ-ESTADO/RJ-MUNICÍPIO/RN/RS/RO/SC/MA/SP/P. FUNDO; CUT; CGT; ANDES; FASUBRA; UNE; FITTEL; SINDICATO DOS TELEFÔNICOS: RS/MRJ/ERJ/MG/GO/BA/ES/PR/PB/CE/RO/DF; ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA EMBRATTEL; FNE; FNA; FNM.

Abastecimento	SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CARNES FRES cas do estado de SAO PAULO.
Direitos da Mulher *	
Transporte Coletivo *	
Moradia Popular *	
Responsabilidade política do Executi vo e Legislativo *	
Reservas Extrativas	CDDH; CTA; CPT; IEA.
Ordem Econômica e Social	CUT; MOVIMENTO TRABALHADORES SEM TERRA; CPT.

## Politica Nacional

### PASSEATA ABRE CONVOCAÇÃO PARA A GREVE GERAL

Cerca de 5 mil pessoas participaram da passeata que deu início ontem à mobilização nacional em torno da greve geral que as centrais sindicais marcaram para o próximo dia 12 de agosto. Realizado um dia depois do maior quebra-quebra da história do Rio, o ato não teve incidentes e contou com grande policiamento, durando cerca de três horas, entre a passeata pela avenida Rio Branco e uma concentração na Cinelândia. A passeata foi comandada por um cordão que tinha, ao centro, o presidente nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores -, Jair Meneguelli, ladeado pelos deputados Vladimir Palmeira (PT) e Fernando Lopes (PDT). Entre as palavras de ordem, predominaram "Fora Sarney" e "Chora Moreira". Uma grande faixa, onde se lia "Xô, Sarney", chamou a atenção na avenida, assinada pela associação dos servidores do IBGE. Durante a travessia da avenida Rio Branco, os manifestantes comentavam o quebra-quebra de terça-feira, considerado como manifestação espontânea pelos líderes sindicais que puxaram a passeata do alto do carro de som. "Esta nos-

sa passeata", dizia Ciro Garcia, "é o primeiro movimento organizado de rua depois de grande vitória dos trabalhadores e do povo contra o aumento dos ônibus". Em seus gritos de protesto, Ciro pediu a libertação dos dois cusados pelo incidente que resultou no apedrejamento do ônibus do Presidente Sarney na Praça 15, há uma semana. Danilo Groff, que foi assessor do ex-governador Brizola, e Maurício Pentaki, dirigente estadual da CUT, continuam presos na Polícia Federal, "vítimas de uma falácia da direita", disse Ciro Garcia. (JB - 2/7/87)

### PROPOSTA DE GREVE GERAL GANHA RESSONÂNCIA

Defendida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) principalmente como reação ao "arrocho salarial" que, no entendimento das lideranças sindicais, foi o ponto marcante do plano Bresser, a proposta de uma greve geral no dia 12 de agosto ganhou maior ressonância no meio sindical na semana passada depois que se generalizou o processo de demissões e férias coletivas nas indústrias automobilística, eletroele

trônica e de alimentação, entre outras. Na pior das hipóteses, contribuiria para estancar a atual onda de demissões, enten- de o presidente da Central Geral dos Tra- balhadores, Joaquim dos Santos Andrade. Embora não apoie a data de 12 de agosto, o presidente do Sindicato dos Metalúrgi- cos de São Paulo, Luiz Antônio de Medei- ros, também defende uma greve geral "con- tra a recessão e o desemprego". Citando grandes demissões em empresas de sua ba- se, como a J. Aliperti, a Monark e a Ca- loi, Medeiros acredita que "estamos no curso de uma recessão que veio de uma for- ma bem mais virulenta que em 1981, quando o processo foi mais lento". Em São Bernar- do, onde cerca de dez mil trabalhadores saíram em passeata na última quarta-fei- ra, há mais um protesto programado, desta vez para Brasília: uma caravana que na última sexta-feira já registrava mais de setecentas inscrições, deve ter saído on- tem às 13h do ABC para manifestar-se hoje em frente aos ministérios da Fazenda e do Trabalho e do Congresso Nacional. (FSP - 5/7/87)

### COMÍCIO PRÓ-DIRETAS EM BRASÍLIA

O Comitê Pró-Diretas para Presidente da República em 1988 que, até cinco dias atrás, previa a presença de cerca de 10 mil pessoas no comício programado para terça-feira às 18h diante da rampa do Con- gresso Nacional, em Brasília, está otimis- ta: durante uma reunião do comitê, na úl- tima quinta-feira, a previsão foi modifi- cada e aposta-se agora na presença de 50 mil pessoas. A euforia que tomou conta dos organizadores do comício é reflexo direto da reação da população, no Rio, ao aumento nas passagens dos ônibus, na últi- ma terça-feira e também do que o presiden- te da Central Única dos Trabalhadores - CUT no Distrito Federal, Francisco Domín- gues dos Santos, o Chico Vigilante, quali- fica "mudança no ânimo popular". Os car- ros de som que durante dez dias circula- ram pelo Distrito Federal convocando a

população para o ato foram recebidos, se- gundo Chico Vigilante, com aplausos nas paradas de ônibus e outros pontos de con- centração. O ânimo dos organizadores do comício, porém, tem convivido nos últimos dias com um sentimento de apreensão. O es- quema de segurança que está sendo montado pelo governo para a manifestação prevê a utilização de sete mil homens da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, SNI e do Exército. Este esquema faz parte da nova postura do governo em relação à segurança presidencial e manifestações da população. (FSP - 5/7/87)

### D. PAULO QUER MANDATO DE QUATRO ANOS PARA SARNEY

Bastaram 24 horas na cidade, após uma viagem de 13 dias ao exterior, para o car- deal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Eva- risto Arns - que nos anos do regime mili- tar se destacou na linha de frente na opo- sição - ficar perplexo com a situação que encontrou. "O povo não pode mais conti- nuar nesta situação de desespero e insegu- rança total", disse ele ontem à tarde, em sua nova casa, no Convento da Luz. Para D. Paulo, a única solução a curto prazo é a imediata paralisação dos trabalhos da Constituinte e a convocação do Congresso Nacional. "O Congresso terá que se mani- festar: não pode deixar o governo se cons- tituir em único poder". Quanto à duração do mandato do presidente Sarney, ele de- fende um período de quatro anos. O carde- al entende que a proposta de paralisação dos trabalhos da Constituinte, apresenta- da na última semana pelo senador José Ri- cha (PMDB-PR), "não é nada absurda, é uma exigência". Depois de conversar demorada- mente com as pessoas presentes em seus primeiros compromissos na ordenação de dois padres, D. Paulo disse temer que "Brasília, mais uma vez, deixe de sentir o que se passa nesta terra para se trans- formar numa ilha de boatos e de desinfor- mação". (JB - 6/7/87)

## Trabalhadores Urbanos

### CUT PREVÊ A DEMISSÃO DE VINTE MIL NO ABC

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, previu ontem em Belo Horizonte (MG) a demissão de cerca de vinte mil operários das indústrias de autopeças do ABC paulista nas duas próximas semanas, como resultado das quatro mil demissões efetuadas na última sexta-feira pela Volkswagen e Ford. "Cada empregado demitido de uma montadora implica cinco demissões nas fornecedoras", afirmou. O fim do empréstimo compulsório, afirmou Meneguelli, não sustará as demissões no setor. Segundo ele, as montadoras optaram pela elitização de seus veículos, cuja produção estaria voltada basicamente para o mercado externo. O argumento de refluxo das vendas, portanto, não justificaria as demissões, consideradas "um indicativo claro da recessão patrocinada pelo Plano Bresser Pereira". Os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema informaram que solicitarão à Ford e à Volkswagen que readmitam parte dos 4.165 empregados demitidos. Segundo a diretoria, mais de 50% desses trabalhadores tinham estabilidade por serem portadores de doenças profissionais ou estarem em vias de aposentadoria. (FSP - 1/7/87)

### METALÚRGICOS DA FIAT FAZEM ATO DE PROTESTO

Cerca de seis mil trabalhadores da Fiat Automóveis S/A, em Betim (região metropolitana de Belo Horizonte, MG), participaram ontem de um ato de protesto contra demissões efetuadas no último mês pela empresa, calculadas em cerca de oitocentas pela liderança sindical dos metalúrgicos. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Edmundo Costa Vieira, setecentos operários foram demitidos só na última semana e, de janeiro até ago-

ra, cerca de dois mil. Em São Paulo, Silvano Valentino, diretor-superintendente da Fiat, negou ontem que a empresa tenha demitido setecentos trabalhadores. Valentino não precisou o número de demitidos, mas disse que obedeciam ao processo normal de ajustamento à empresa. Ele anunciou, em entrevista coletiva realizada na sede do Sindicato da Indústria de Autopeças (Sindipecas), que a empresa congelará seus investimentos em US\$ 300 milhões, até uma mudança da política do governo para o setor automobilístico. No início do ano, a previsão de investimento da Fiat era de US\$ 600 milhões. (FSP - 1/7/87)

### METALÚRGICOS TROCAM O SALÁRIO POR ESTABILIDADE

Para evitar o risco de demissões, cerca de 150 trabalhadores da Log, uma indústria que fabrica componentes eletrônicos em Osasco, região oeste da Grande São Paulo, aceitaram ontem uma proposta da empresa de redução da jornada de trabalho, com a correspondente redução dos salários, por um período de três meses. A jornada de trabalho passará de 44 para quarenta horas semanais, enquanto que os salários - Cz\$ 4.500,00 na média - terão uma redução de 20%, segundo informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Um acordo negociado com a empresa garante estabilidade para os empregados durante seis meses. O sindicato também anunciou para hoje paralisações de uma a três horas na Cobrasma, em protesto contra a demissão de mais 350 metalúrgicos naquela empresa. Roberto de Fátima e Silva, diretor da Cobrasma, confirmou as demissões, afirmando que as férias coletivas dadas a 1.600 trabalhadores, entre os dias 8 e 22 de junho, não foram suficientes para adequar o nível de atividade da empresa. (FSP - 1/7/87)

### CONFLITO ENTRE PM E MINEIROS DEIXA 21 FERIDOS EM SC

Quinze soldados e seis trabalhadores fica

ram feridos ontem, durante confrontos entre a PM e mineiros em greve da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA), próximo a Criciúma (196 km ao sul de Florianópolis-SC). O choque começou com a tentativa frustrada dos operários em ocupar o ramal ferroviário do Pinheirinho, por onde é escoado o carvão. O primeiro conflito ocorreu às 6h30. Mais de cem soldados da tropa de choque da PM de Florianópolis invadiram o acampamento dos mineiros, próximo à estrada de ferro dispersando cerca de dezesseis trabalhadores que estavam no local. Com isso, funcionários da Rede Ferroviária Federal S.A. conseguiram recolocar os trilhos arrancados durante a semana pelos grevistas. (FSP - 5/7/87)

### GREVISTAS SÍTLAM GOVERNADOR

O Governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB), só conseguiu sair ontem do Palácio do Governo para cumprir um compromisso em Brasília com três horas de atraso. E assim mesmo porque 300 homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar entraram em ação para dispersar 500 manifestantes que bloqueavam todos os acessos do prédio. Pedro Ivo precisou enganar os manifestantes - funcionários públicos há 43 dias em greve - usando um automóvel comum, no momento em que era maior o tumulto entre soldados e servidores. Os grevistas só se dispersaram meia-hora depois, quando se convenceram de que o Governador tinha rompido a barreira. O magistério e o funcionalismo cobravam do Governador uma posição quanto à contra-proposta que o comando do movimento apresentou na terça-feira passada para terminar com a greve que atinge a 80 por cento dos 73 mil servidores do Estado. Pedro Ivo só furou o cerco por volta das 15h30m, mas os grevistas ainda resistiram cerca de meia hora, não acreditando que tinha conseguido escapar. Na luta com a Polícia vários manifestantes ficaram feridos. O caso mais sério foi o do Presidente da União dos Estudan-

tes Secundários de Santa Catarina, Nicolau de Almeida Neto, de 19 anos, que chegou desmaiado ao Hospital Celso Ramos. O estudante, que liderava um piquete de apoio à greve, acabou pisoteado e agredido com golpes de cassetete pelos soldados, segundo relato da professora Cleoni Daddi, que estava junto e fez questão de registrar queixa de agressão na 2ª Delegacia de Polícia. O estudante não sofreu fraturas e foi liberado. (O GLOBO - 7/7/87)

### GAÚCHOS E MINEIROS MANTÊM AS GREVES

Mais uma tentativa de reabertura de negociações entre o Governo do Estado e o Centro dos Professores (Cpers) foi inviabilizada ontem, quando o Secretário de Governo, Fábio Koff, afirmou aos representantes da Frente pela Reabertura do Diálogo que "o entendimento só será possível com o reinício das aulas". Ao mesmo tempo em que anunciava as demissões, o Governo tentava efetuar o pagamento dos salários de junho apenas aos professores não grevistas. Sem condições de controle, a Secretaria da Fazenda deve retardar o pagamento, à espera do fim da greve, que hoje completa 89 dias. Em Minas, se o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Deputado Felipe Néri, cumprir hoje a promessa de solucionar os itens pendentes do acordo entre lideranças dos sete partidos, em favor de funcionários públicos e professores, em greve há 70 dias, o movimento poderá se encerrar amanhã. Em reunião com as lideranças dos grevistas, o deputado garantiu que "hoje o impasse será contornado". Entre os itens do acordo estão a não punição dos grevistas, o abono dos dias parados e o cancelamento das demissões. (O GLOBO - 7/7/87)

### PROFESSORES AGUARDAM PROPOSTA CONCRETA

A greve dos 130 mil professores da rede pública do Estado do RJ, que completa hoje 20 dias, chegou a um impasse que só

será desfeito, na opinião da presidente do CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro), Hildésia Medeiros, quando os governos estadual e municipal do Rio apresentarem respostas concretas às reivindicações da categoria. Eles querem um piso de cinco salários mínimos, progressão por tempo de serviço a cada cinco anos e diferença de 15% entre os níveis. O adiamento, pelo prefeito Saturnino Braga, do debate que teria hoje à tarde com os grevistas não interferirá na decisão que os professores tomarão amanhã, em assembleia marcada para as 15h, na concha acústica da Uerj, a menos que até lá o governo apresente uma contra-proposta concreta. O comando do movimento propõe a continuação da greve. Hildésia Medeiros classificou de intransigente a posição do governo estadual, que só admite continuar as negociações com os professores depois da volta ao trabalho. "A posição do governo", disse ela, "não é nada democrática. Ele quer dobrar o movimento dos professores, quando deveria acelerar as negociações em busca de uma saída do impasse em que estamos no momento". Ela acentuou que, apesar de os professores continuarem abertos ao diálogo, o governo estadual suspendeu as negociações e que, ao contrário do que vem declarando, ainda não apresentou nenhuma proposta concreta aos grevistas. (JB - 7/7/87)

## Trabalhadores Rurais

### ROMARIA DE 25 MIL NO PARANÁ REIVINDICA REFORMA AGRÁRIA

Com uma caminhada marcada por cânticos religiosos e palavras de ordem políticas, mais de 25 mil pessoas participaram ontem, na cidade da Lapa, a 60 quilômetros de Curitiba, da maior manifestação pela reforma agrária já realizada no Paraná. Procedentes de todas as regiões do estado, os romeiros atenderam ao apelo da Comissão Pastoral da Terra e levaram duas

horas para percorrer os quatro quilômetros até o morro do Monge, onde foi celebrado um culto ecumênico pela 3ª Romaria da Terra. Antes da celebração, líderes sindicais e religiosos promoveram um encontro, e o bispo de União da Vitória, dom Walter Ebeger, alertou para a grave crise no meio rural, que, na sua opinião, pode culminar numa revolta social. No encontro de religiosos e líderes de sindicatos de trabalhadores rurais, foram discutidas as formas de a igreja intermediar, junto ao governo, as reivindicações dos agricultores. Para o arcebispo de Curitiba e presidente da Regional Sul da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Pedro Fedalto, as necessidades dos agricultores são muito grande e seu atendimento poderá evitar "um confronto violento em que os mais fracos sempre saem perdendo". O bispo de União da Vitória, dom Walter Ebeger, disse que de crise no meio rural pode desencadear uma revolta. No final da romaria, no alto do morro do Monge, com um sol forte e ventos frios, foi realizado o culto ecumênico. Durante o ofertório, um negro, um índio, um agricultor sem terra, uma lavradora, um operário e 10 crianças foram encarregados das orações. Além da cruz e do mapa do Paraná, foram ofertados, durante o culto, vasos com feijão, o cínico e uma toalha de algodão, simbolizando o trabalho conjunto do homem do campo e da cidade. Cada família de romeiros recebeu um saquinho com sementes de feijão para plantar em suas terras. (JB - 6/7/87)

### Indígenas

### FUNAI E DNPM ABREM TERRAS INDÍGENAS ÀS MINERADORAS

Portaria da Funai e do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, mantida em sigilo até agora, abriu as áreas indígenas à exploração de empresas mineradoras desde 18 de maio deste ano. As empresas vão pagar todas as despesas para que a Funai faça seu trabalho nessas áreas e

a Funai vai receber e administrar todo o dinheiro que cabe aos índios pela cessão dos direitos de mineração. A portaria regulamenta decreto assinado há quatro anos pelo presidente João Figueiredo e pelos ministros das Minas e Energia, Cesar Cals, e do Interior, Mário Andreazza. A decisão atropela o compromisso assumido pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de só tomar uma decisão sobre o assunto após a Constituinte definir a questão das terras indígenas e a política mineral do país. De acordo com a portaria, a demarcação das terras indígenas passa a ser de responsabilidade das empresas mineradoras: "Quando se tratar de terras definidas por decreto do sr. presidente da República e ainda não demarcadas, a empresa executará a demarcação dos limites da terra indígena, nos locais onde ocorrerá o acesso à área de pesquisa ou concessão de lavra, obedecendo as determinações e normas técnicas adotadas pelo órgão tutor". As empresas ganham também poder de polícia sobre as áreas que receberem: "A empresa mineradora se comprometerá a comunicar ao órgão tutor, quando ocorrer invasão da terra indígena por elementos estranhos ou qualquer alteração no relacionamento com a comunidade tribal, tomando providências indicadas pela fiscalização da Funai, relativas à proteção do índio, sua comunidade e seu patrimônio". A portaria é, também, uma maneira engenhosa de a Funai obter recursos de uma fonte praticamente inesgotável. Cabe às empresas "custearem as despesas que venham a ser realizadas com a montagem da infraestrutura da Funai". (...) E mais: "Os valores que venham a ser pagos pela empresa de mineração à Funai em razão de contrato serão destinados, preferencialmente, à comunidade indígena da área concedida, cabendo ao órgão tutelar a retenção de parcela prevista nas normas que disciplinam a renda do patrimônio indígena". Além de receber, a Funai também fiscaliza: "A Funai indicará servidores seus para acompanhamento dos trabalhos de pesquisa e la-

vra com acesso aos locais de trabalho da empresa na área, os quais receberão desta todas as informações que forem solicitadas sobre a produção mineral, recolhimentos de valores feitos ou a serem feitos, em favor da Funai". "O percentual de que trata o item referente aos valores que serão pagos pelas empresas será variável, de acordo com o teor do minério recuperado na lavra, com base na fórmula e nos percentuais praticados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, empresa vinculada ao MME, em contrato de arrendamento e cessão de direitos minerais com empresas particulares, envolvendo áreas de características semelhantes àquela objeto do contrato referido (...)". Como é de praxe, a portaria revoga as disposições em contrário, mas não entra em vigor na data de sua publicação: "Estas normas entram em vigor nesta data. Brasília, 18 de maio de 1987. Romero Jucá Filho, presidente da Funai. José Belfort dos Santos Bastos, diretor-geral do DNPM". (JB - 1/7/87)

#### **CEDI E CONAGE QUEREM DECISÃO DA CONSTITUINTE**

Representantes do grupo de trabalho da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) divulgaram nota desmentindo a afirmação do diretor-geral do DNPM, José Belfort Bastos, de que não há alvarás de mineração em áreas indígenas. Eles lembram que o levantamento feito pelas duas entidades foi baseado em dados do próprio DNPM e pedem uma discussão pública sobre a questão da mineração nas terras dos índios. "Na verdade, falta um gesto de coragem pública do presidente José Sarney de revogar o Decreto 88.985/83 do ex-presidente Figueiredo, que é inconstitucional, e aguardar a decisão da Assembleia Nacional Constituinte", afirma a nota assinada pelo geólogo Gerônimo Rocha, da Conage, e pelo antropólogo Carlos Alberto Ricardo, do Cedi, integrantes do grupo de trabalho que preparou o levantamento (dossiê) sobre mineração. Os repre-

sentantes do grupo de trabalho garantem que o dossiê é fidedigno e foi entregue em março de 1986 aos ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Ronaldo Costa Couto, então na pasta do Interior. A nota lembra que, na ocasião, o ministro Aureliano Chaves comprometeu-se a verificar as informações do dossiê e revogar os alvarás que incidiam sobre as terras indígenas. "Depois desta data, de acordo com o acompanhamento feito pelo Cedi/Conage, não foram concedidos novos alvarás. No entanto, apesar de insistentes cobranças por parte das entidades, nem o ministro nem o diretor do DNPM divulgaram até hoje os resultados da apuração que empreenderam através do grupo de trabalho interministerial instituído pela portaria 692 de 16 de junho de 1986", afirmam os representantes do grupo que preparou o dossiê. Na nota, eles lembram que "somente agora, estranhamente, o diretor do DNPM procure desacreditar os dados do dossiê, sem contudo apresentar contra-provas". Os representantes do Cedi e do Conage propõem também reapresentar os dados do levantamento no Ministério das Minas e Energia e no Congresso, com a presença de representantes do Governo, das entidades e da Assembleia Nacional Constituinte. Gerônimo Rocha e Carlos Alberto Ricardo encerram a nota lamentando que "um assunto de extrema gravidade esteja sendo tumultuado por funcionários do segundo escalão do governo, em plena Constituinte, em desacordo frontal com compromissos assumidos pelos ministros das Minas e Energia e do Interior". (JB - 4/7/87)

### **SURPRESA NA CONSTITUINTE**

A portaria da Funai e do DNPM abrindo as áreas indígenas às empresas mineradoras, tornada pública pelo Jornal do Brasil, pegou os constituintes de surpresa. A decisão foi classificada de "profundo desrespeito e, sem dúvida nenhuma, de um jogo de interesses econômicos escusos", pelo deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), integrante da Subcomissão dos Negros, Popu-

lações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. O relator da subcomissão, deputado Alcení Guerra (PFL-PR), afirmou que a decisão "só pode ter sido de escalões inferiores", lembrando o compromisso assumido pelo ministro Aureliano Chaves. O relatório da subcomissão, que proíbe terminantemente a mineração em áreas indígenas, a não ser com autorização das comunidades e do Congresso Nacional, passou pela Comissão de Ordem Social e pela primeira fase da de Sistematização. O deputado José Carlos Sabóia acredita que a decisão da Funai e do DNPM seja uma tentativa de criar uma situação de fato, "de tal maneira que, mesmo se forem consolidados os avanços do tema na Constituinte, a União tenha dificuldades de contornar problemas irreversíveis criados com a concessão desses alvarás". O Conselho Indigenista Missionário questionou a validade jurídica da portaria já que, juntamente com a União das Nações Indígenas (UNI), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), deu entrada com uma representação na Procuradoria-Geral da República contra o Decreto 88.985, assinado em novembro de 1983 pelo presidente João Figueiredo e sob o qual se baseia a portaria da Funai e do DNPM. A representação foi acolhida em março de 1985 pelo Procurador-Geral da República Sepúlveda Pertence, que argüiu o Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos que permitem exploração de minério em área indígena. O STF ainda não se pronunciou sobre a matéria, o que faz o Cimi protestar contra "uma portaria que se baseia em um decreto cuja constitucionalidade está sob suspeita". (JB - 2/7/87)

### **ÁREA DOS ÍNDIOS ESTÁ TODA LOTEADA**

Antes mesmo da portaria assinada entre o DNPM e a Funai em maio passado, as empresas mineradoras já tinham conseguido alvarás e requerimentos para pesquisar em terras indígenas. Até o começo de 1986, ha-

viam sido concedidos 537 alvarás de autorização de pesquisa em áreas indígenas da Amazônia e o DNPM tinha acatado outros 1 mil 732 requerimentos para pesquisa nessas terras, em 77 terras habitadas pelos índios na região. Na realidade, as empresas mineradoras nacionais, multinacionais e estatais conseguiram o controle do subsolo de 17 milhões 774 mil hectares - o tamanho do território do Uruguai - o que corresponde a um terço dessas 77 áreas indígenas na Amazônia. Metade dos alvarás já concedidos na terra dos índios beneficiam mineradoras nacionais - principalmente a Brumadinho e a Paranapanema; 40% favorecem multinacionais como a Anglo American/Brozano Simonsen e o grupo Brascan/British Petroleum; e apenas 10% dos alvarás foram para empresas estatais, priorizadas na portaria, como a Companhia Vale do Rio Doce. Esse levantamento foi feito no começo de 1986 por um grupo da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) a partir do Programa de Informação Geológico, do próprio DNPM. O estudo mostra o crescimento do número de alvarás concedidos a partir de 1983 quando também começou a aumentar o número de requerimentos. Com o simples requerimento acatado pelo DNPM? a empresa mineradora consegue a prioridade para a lavra da região. O crescimento de requerimentos e alvarás em terras indígenas a partir de 1983 foi um reflexo da expectativa gerada pelo decreto-lei 88985 de 10 de novembro de 1983 - assinado pelo presidente João Figueiredo - que autorizava a entrada de empresas mineradoras nas áreas indígenas. O decreto deveria ser regulamentado pela Funai - "ouvido o DNM", conforme exige seu artigo 9, o que só foi feito pela portaria de maio passado. Os interesses das mineradoras alcançaram terras indígenas de todos os estados da Amazônia Legal, exceto o Acre. Até o começo de 1986, havia 208 alvarás e 357 requerimentos para pesquisa em terras indígenas no Pará. Em Rondônia, eram 165 alvarás e 124 requere-

rimentos; em Roraima, 589 requerimentos e 51 alvarás; no Amazonas, 465 requerimentos e 49 alvarás; no Mato Grosso, 69 requerimentos e 37 alvarás; no Maranhão, 30 requerimentos e 18 alvarás; e no Amapá, 98 requerimentos e nove alvarás. Dos 537 alvarás concedidos para mineração em terras indígenas, 319 (59,4%) incidem em áreas identificadas, delimitadas ou interditadas pela Funai mas ainda não demarcadas. Da mesma forma, 84% dos 1 mil 732 requerimentos incidem em áreas indígenas identificadas mas ainda não demarcadas. No Pará, as áreas indígenas mais atingidas são as dos Caiapó (15% das terras com 13 alvarás e 50 requerimentos), dos Nhamundá-Mapuera (80% das terras com 23 alvarás e 83 requerimentos), dos Paru (20% das terras com 26 alvarás e 18 requerimentos) e o Parque Indígena do Tumucuma onde há apenas um alvará de lavra concedido mas 85 requerimentos cobrem 30% de sua área. No Amazonas, as mineradoras já controlam através de 29 alvarás e 406 requerimentos a metade da área indígena do Alto Rio Negro, que tem 8 milhões 150 mil hectares, e também 50% das áreas indígenas dos Tenharim. Em Rondônia, 90% do parque indígena de Aripuanã - 1 milhão 258 mil hectares - estão cobertos por alvarás e requerimentos das mineradoras. Em Roraima, quase a metade das terras indígenas dos Ianomami - 7 milhões 700 mil hectares, o tamanho do Panamá - também está reservada a empresas através de 26 alvarás e 363 requerimentos. As áreas indígenas do Aripuanã, em Mato Grosso, dos Awá Gurupi, no Maranhão, e dos Vaiãpa, no Amapá, também apresentam uma alta incidência de alvarás e requerimentos de pesquisa. Na análise somente dos alvarás concedidos até o começo de 1986, o documento da Conage e do Cedi detalha também a atuação das empresas na Amazônia. Apesar de 50% terem sido concedidos a empresas privadas nacionais, são dois grupos multinacionais que lideram a lista de empresas com maior número de alvarás. O grupo Anglo American/Bozano Simonsen recebeu 116 alvarás

de pesquisa: 104 deles em terras indígenas de Rondônia. O grupo Brascan/British Petroleum conseguiu 76 alvarás, dos quais

57 no Pará. Atuam ainda com alvará em terras indígenas as multinacionais Shell, General Electric, Rhodia e South American Placer do Brasil. (JB - 1/7/87)

## PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

**Ementa:** Dispõe sobre direitos e garantias da mulher

Inclua-se na Constituição Brasileira onde couber:

**Art.** Todos são iguais perante a lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento.

**Art.** São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras:

I - proibição de diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil;

II - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário.

**Art.** Ao Sistema Nacional de Saúde Pública competirá formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o território nacional, e em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida.

**Art.** A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoal de seus membros.

**Art.** É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

**Art.** O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos.

**Art.** É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual.

**Art.** A todos é assegurada a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidade privada. É também assegurado, sob o controle do Estado, o acesso a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos.

**Art.** É garantido a homens e mulheres o direito individual da posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem.

**Art.** O Estado assegura a defesa dos interesses individuais e da comunidade, contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminem pessoas ou entidades.

---

### Exposição de Motivos

A Carta Constitucional em vigor, ao dispor que "todos são iguais perante a lei", não assegura instrumentos para garantir essa mesma igualdade, relativamente aos direitos da mulher e, por igual, nas relações entre homens e mulheres, buscando corrigir as discriminações existentes.

Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre dupla opressão: enquanto participante dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãs, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrária, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializam, em particular contra a subordinação da mulher ao homem.

Essa subordinação se manifesta através da discriminação nos salários e nas condições de acesso ao trabalho; na falta de serviços para atender à mulher na sua condição de reprodutora biológica da espécie humana: assistência à maternidade e à criança. Manifesta-se também através da inferioridade da mulher em relação ao homem na partilha das responsabilidades do lar e no cuidado dos filhos e em relação à participação social e política.

Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o país realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado "Nós e a Constituinte". Como resultado de encontros, seminários e assembléias, foi elaborado um Dossiê de Propostas, cuja síntese está contida na presente emenda sobre os "Direitos da Mulher" que desejamos ver assegurados na nova Constituição Brasileira.

Esta iniciativa popular reforça outras iniciativas populares que insistem numa Constituição que garanta o acesso à igualdade de direitos para cidadãs e cidadãos e o cumprimento das leis que assegurem essa igualdade. O conteúdo desta iniciativa se restringe a assuntos relativos à Constituição Federal e será retomado quando da elaboração das Constituições Estaduais e leis municipais, bem como das leis ordinárias.

O presente abaixo assinado foi assumido por grupos de mulheres que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas e contaram com o apoio de muitas entidades nacionais e estaduais.

**Remeter à REDE MULHER - Caixa Postal 1803 - 01051 - São Paulo - SP**  
**Telefone: (011) 262.9407**

---